

Arranjos domiciliares e o espaço da metrópole: uma análise da RMSP na década de 2000¹

Leandro Blaque Becceneri²
Gustavo Pedroso de Lima Brusse³

Resumo: As componentes demográficas, juntamente a nupcialidade, estão diretamente ligadas às transformações da estrutura e composição das famílias e domicílios. Entretanto, apesar da forte relação entre os eventos demográficos e a formação e dissolução dos domicílios, a distribuição espacial dos arranjos domiciliares se insere em um contexto mais amplo e complexo da dinâmica intraurbana. A existência de uma relação entre o arranjo domiciliar e a escolha do lugar que as famílias ocuparão dá-se pelas necessidades e preferências do grupo domiciliar, dentro de uma estrutura de oportunidades. Neste sentido, o trabalho tem como objetivo analisar a tendência de crescimento dos diferentes tipos de arranjos domiciliares da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) nos últimos censos e identificar espacialmente como esses arranjos domiciliares têm se organizado no espaço da metrópole.

Palavras-chave: Arranjos domiciliares, espaço urbano, domicílio, RMSP, componentes demográficas.

¹ Trabalho submetido para ao 8º Congresso da Associação Latino-americana de População (ALAP) que acontecerá no período de 23 a 26 de outubro de 2018, em Puebla, México. O artigo conta com recursos da Fapesp (Processo 2013/07616-7).

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, doutorando em Demografia na Universidade Estadual de Campinas e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). E-mail: leandrobecc@hotmail.com

³ Mestre em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas e doutorando em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: gustavo.brusse@gmail.com

1. Introdução

As componentes demográficas, juntamente a nupcialidade, estão diretamente ligadas às transformações da estrutura e composição das famílias e domicílios (BERQUÓ, 1996). Eventos como a permanência cada vez maior dos filhos na casa dos pais, a diminuição da quantidade de filhos, mudanças no padrão da nupcialidade e o aumento da longevidade estão intimamente atrelados ao tamanho, composição, formação e dissolução dos domicílios.

Ao longo das últimas décadas, tem-se observado no Brasil uma tendência de crescimento dos domicílios unipessoais, dos casais sem filhos e dos domicílios monoparentais, enquanto que há uma redução da importância relativa dos domicílios compostos e dos casais com filhos (WAJNMAN, 2012). Além disso, nota-se uma redução no tamanho médio dos domicílios tanto quanto do número de crianças vivendo neles (WAJNMAN, 2012).

Assim sendo, como essas mudanças estruturais e de composição dos domicílios refletem na distribuição espacial dos arranjos domiciliares nas cidades e metrópoles brasileiras?

Apesar da forte relação entre os eventos demográficos e a formação e dissolução dos domicílios, a distribuição espacial dos arranjos domiciliares se insere em um contexto mais amplo e complexo da dinâmica intraurbana. A literatura sobre economia urbana e formação dos espaços sociais demonstra a existência de uma relação entre o arranjo domiciliar e a escolha do lugar que as famílias ocuparão no espaço urbano (FERRARI et al. 2016). Deste modo, torna-se visível a impossibilidade de desconectar a criação do espaço pelo social e a formatação do social pelo espaço.

Segundo Alves, Cavenaghi e Barros (2010), os fatores que influenciam, ou constroem, as escolhas referentes ao local de residência nos espaços urbanos dão-se pelas necessidades e preferências do grupo domiciliar, dentro de uma estrutura de oportunidades. Portanto, a dinâmica demográfica e conseqüentemente a dinâmica das famílias e domicílios exerce influência em sua localização no espaço urbano, sugerindo que as tendências demográficas e as mudanças na estrutura urbana estão causalmente ligadas (CHAMPION, 2001).

Dentro dessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar a tendência de crescimento dos diferentes tipos de arranjos domiciliares da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) nos últimos censos e identificar espacialmente como esses arranjos domiciliares têm se organizado no espaço da metrópole, de 1991 a 2010.

2. A modificação e crescimento dos arranjos domiciliares

Como destacado por Bilac (2017), desde a década de 1970, tem-se acompanhado as mudanças de composição e tamanho dos domicílios brasileiros, seja através das PNADs ou pelos Censos Demográficos. Esses dados mostram que, apesar de haver apenas modificações graduais para o total da população, ocorreram mudanças importantes em grupos específicos da população e principalmente alterações nos marcadores das diferentes fases do curso de vida.

Como principais mudanças de composição dos arranjos domiciliares para as regiões metropolitanas brasileiras, nota-se um decréscimo dos arranjos domiciliares ditos “convencionais”, como “casais com filhos” e um crescimento dos arranjos domiciliares “unipessoais” e “monoparentais”, formado por mães e filhos (BILAC, 2017; WAJNMAN, 2009). Segundo Wajnman (2009), também há um aumento dos domicílios estendidos neste período, entretanto, esse fenômeno não foi ainda discutido e nem sequer devidamente apontado na literatura nacional sobre o tema.

Bennett e Dixon (2006) evidenciam algumas tendências acerca dos domicílios unipessoais. Primeiramente, tem havido um aumento acentuado no número de pessoas jovens que moram sozinhas, particularmente entre as idades de 25 e 44 anos. Além disso, a proporção de pessoas que vivem sozinhas em tal grupo etário é maior para homens do que para as mulheres. Essa situação inverte-se com o avanço da idade. Para as pessoas maiores de 75 anos, a proporção das que vivem sozinhas é muito maior para as mulheres, dado a maior longevidade feminina e devido ao maior número de recasamentos masculinos.

Em relação aos domicílios monoparentais, Oliveira, Sabóia e Soares (2002) argumentam que, apesar de existir um processo de convergência em relação as taxas de chefias dessas famílias por sexo, as chefias femininas são ampla maioria nos arranjos monoparentais e possuem um forte caráter urbano. Portanto, o crescimento deste tipo de domicílio está relacionado às mulheres jovens das grandes cidades.

Além disso, nota-se não só uma transformação quanto à composição dos arranjos domiciliares em geral, mas também quanto ao número de domicílios e ao tamanho dos domicílios. Segundo Camarano e Kanso (2010), principalmente devido à queda da fecundidade, a quantidade de irmãos, primos e sobrinhos é cada vez menor, o que configura o processo chamado de “verticalização das famílias”, ou seja, menor quantidade de parentes da mesma geração (ou colaterais) dentro da família e do domicílio.

Já a queda das taxas de mortalidade nas idades adultas e idosas, faz com que cada vez mais parentes de diferentes gerações convivam nos mesmos domicílios (MURPHY, 2010).

Apesar das análises sobre o crescimento e as modificações dos arranjos domiciliares das últimas décadas explorarem as variáveis sexo, idade e nível de renda, não é comum na literatura sobre o tema a inclusão da dimensão espacial dos domicílios, assim como o modo em que as transformações nas famílias e nos domicílios se relacionam com as transformações urbanas. Nesse sentido, este trabalho surge como uma tentativa de trazer a dimensão espacial para o complexo debate das mudanças dos arranjos domiciliares nas grandes cidades brasileiras.

3. Arranjos Domiciliares e Espacialidade

A questão urbana é um tema central na dinâmica social brasileira desde a década de 1930, com o esgotamento do modelo econômico agrário exportador (CANO, 2011). Sua força social estruturante esteve atrelada as migrações do rural para o urbano até, pelo menos, a década de 1980. Na primeira metade do século XX, o Brasil passou por um intenso fluxo migratório (FARIA, 1991) no qual, à medida que as indústrias se desenvolviam, famílias que viviam em áreas rurais mudaram-se para as cidades em busca de emprego e melhoria das condições de vida (como expresso pela Teoria da Modernização), o que muitas das vezes não se concretizou (BRITO, 2009).

O intenso crescimento demográfico observado no período trouxe uma urbanização desordenada, especialmente nas periferias, onde se multiplicou a precariedade e as moradias irregulares, sem uma infraestrutura adequada ou investimentos de serviços públicos básicos. Em relação à questão da habitação, no desenvolvimento das metrópoles priorizou-se o atendimento das necessidades dos grupos de alta renda, gerando um problema na disponibilidade de unidades habitacionais para o grupo de baixa renda com a oferta de moradias populares insuficientes. Isso levou ao crescente processo de favelização e ocupações irregulares, expondo esse grupo a problemas que se misturam com a questão da infraestrutura, como o domínio das ocupações ilegais por posseiros, vulnerabilidade ambiental, educacional, exposição à violência, às drogas, entre outros (MARQUES; TORRES, 2005).

Santos (1993) observa que a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, condição que não surge apenas em decorrência do modelo socioeconômico adotado, mas também pelo modelo espacial

praticado. Villaça (2001) destaca que o crescimento das metrópoles brasileiras ocorreu por um processo de expansão do núcleo central das cidades e da absorção gradativa de espaços periféricos de acordo com os interesses dominantes. Hoje, ainda se observa que o desenvolvimento social nos espaços urbanos está associado à maneira como esse espaço é produzido (MARICATO, 2015).

Nesse sentido, Corrêa (2005) ressalta que o espaço urbano capitalista é um produto da sociedade, produzido por agentes que, ao mesmo tempo em que produzem, também fazem o consumo desse espaço, com a desigualdade como característica própria do espaço urbano capitalista. Assim, a divisão do espaço na cidade capitalista é um reflexo da complexa estrutura social, com consequências como a segregação de áreas residenciais. Para o autor, a ação desses agentes produtores do espaço urbano é “complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem”. (CORRÊA, 2005, p.11).

Com relação a isso, Oliveira, Marcondes e Vieira (2015, p.1) expressam que:

As décadas que se seguiram ao final da Segunda Grande Guerra foram marcadas por intensas transformações na vida privada da população brasileira. Novas oportunidades ampliaram as alternativas de escolhas para homens e mulheres e marcaram profundamente as gerações do pós-guerra. Fatores de natureza estrutural – material e cultural – compuseram o cenário de forças de mudança que empurraram as novas gerações em direção à modernidade. Dois deles têm particular importância: a escolarização e o trabalho feminino no mercado. O poderoso motor de ambos foi sem dúvida a verdadeira revolução urbana, que transferiu para as cidades enormes contingentes populacionais, alterando definitivamente os regimes de vida e as expectativas de futuro a eles associadas.

Todas essas transformações que se processaram especialmente a partir da segunda metade do século XX influenciaram de forma marcante a estruturação das famílias e a dinâmica dos arranjos domiciliares. Segundo Alves e Barros (2012, p.1):

O maior impacto das mudanças estruturais e culturais ocorridas nas últimas décadas foi sobre o tamanho dos arranjos familiares. A família numerosa que era muito adaptada à economia de subsistência foi se tornando disfuncional no seio da sociedade urbana, onde a inserção dos filhos na produção econômica passa pelo aumento dos níveis educacionais e pela formalização do mercado de trabalho. O aumento do custo dos filhos e a redução dos seus benefícios provoca uma reversão do “fluxo intergeracional de riqueza”. Os filhos deixam de ser a fonte da riqueza dos pais e passam a ter um peso cada vez maior no orçamento familiar. Nesta situação, as taxas de fecundidade tendem a ser cada vez mais baixas, ao mesmo tempo em que passa a existir uma tendência à maior pluralidade dos tipos de famílias.

Champion (2001), destaca que a dinâmica demográfica e conseqüentemente a dinâmica das famílias exerce influência em sua localização no espaço urbano, sugerindo que as tendências demográficas e as mudanças na estrutura urbana estão causalmente ligadas. Villaça (2001) destaca ainda que a análise da formação do espaço urbano ocorre sob influência dos deslocamentos dos seres humanos, enquanto portadores de força de trabalho e também enquanto consumidores. Souza e Szmrecsanyi (1991) enfatizam que as populações são ao mesmo tempo um conjunto de produtores e de consumidores, configurando a capacidade produtiva de uma sociedade e também os limites do consumo. Assim, “a mudança de suas características através do tempo constitui um fator determinante e uma resultante do desenvolvimento econômico e social” (1991, p.307).

De acordo com Ferrari et al. (2016, p.3),

(...) são as possibilidades de chegar aos lugares desejados, no tempo apropriado e com gastos e esforços considerados adequados, uma dimensão fundamental na vida destes indivíduos ou famílias. Isso nos remete à questão da acessibilidade. Como afirma Couclelis (2000, p.341) “Acessibilidade é a definição geográfica de oportunidade”, e sendo assim, parte importante da disputa pelos territórios intraurbanos se dará sobremaneira em torno das localizações que possam oferecer as melhores condições de acesso aos meios para os necessários deslocamentos até estes lugares.

Portanto, conforme mostram Alves, Cavenaghi e Barros (2010), os fatores que influenciam (ou constroem) as escolhas referentes ao local de residência nos espaços urbanos dão-se pelas necessidades e preferências do grupo familiar, dentro de uma estrutura de oportunidades. Ainda segundo Ferrari et al (2016), a literatura sobre economia urbana e formação dos espaços sociais demonstra a existência de uma relação entre o arranjo familiar e a escolha do lugar que as famílias ocuparão no espaço urbano. Essa ideia dialoga com os trabalhos anteriormente citados, como Marques e Torres (2005), Villaça (2001) e Maricato (2015), uma vez que esses mostram a importância em se compreender a influência do espaço sobre o social por meio da separação dos grupos sociais e das conseqüências dessa separação no acesso e na oferta de políticas sociais.

Nesse contexto, as questões referentes à família e à dinâmica demográfica dos domicílios merece atenção por sua ligação com a produção do espaço urbano e seus rebatimentos na configuração do tecido das cidades. Nos estudos realizados em diversos campos do conhecimento, como a antropologia e a sociologia, a concepção de família não é limitada ao grupo domiciliar, uma vez que os laços de família podem extrapolar os limites dos domicílios. Verifica-se a existência de um debate sobre as várias formas de definição de família onde, segundo Azevedo (2014, p.62) “cada campo de investigação

científica adota uma perspectiva em função dos seus objetivos de estudo”. A autora ainda destaca a existência de uma dificuldade comum em se compreender a relação do indivíduo com o grupo (AZEVEDO, 2014). Para Alves (2005, p.1) “uma família pode englobar pessoas com diferentes níveis de parentesco, definidos a partir da descendência/ascendência sanguínea, ou através do casamento e da adoção”. Ainda segundo esse autor:

(...) para operacionalizar o conceito de família, os institutos de pesquisa restringem o escopo da família ao grupo domiciliar. Assim, nos censos demográficos e outras pesquisas domiciliares (tipo a PNAD), o alcance máximo de uma família vai até os limites físicos da moradia. Uma mesma família (definida pelos laços de parentesco e de ajuda mútua) que ocupe dois domicílios é contabilizada como duas famílias. Desta forma, família e domicílio estão, intrinsecamente, relacionados nos censos demográficos (ALVES, 2005, p.1).

Para Buzar, Ogden e Hall (2005), o domicílio tornou-se o foco de uma ampla gama de processos sociodemográficos, incluindo a desestabilização dos padrões tradicionais de casamento, coabitação e divórcio, com a crescente fluidez dos laços de parentesco e amizade, juntamente com transformações cada vez mais complexas através do curso de vida.

Assim, conforme exposto anteriormente, observa-se que as famílias se transformam em um fator relevante no processo de mudanças sociais, uma vez que, segundo Bilac (1995), elas podem ser consideradas como uma instituição de caráter mediador entre o indivíduo e a sociedade. Ainda de acordo com a autora (p.44):

(...) quanto mais nitidamente se constata, em termos históricos, a crescente diferenciação da família enquanto esfera distinta e específica da vida social (e se reafirma esta diferenciação em termos de oposições do tipo público x privado, casa x rua, produção x reprodução), mais a análise se volta para as outras esferas da sociedade, para nelas buscar os princípios de explicação da sua estruturação e de sua variabilidade regional, étnica ou social.

Portanto, compreender as relações entre as famílias e as demais dimensões da sociedade como, por exemplo, o local que ocupam no espaço urbano, é de relevante importância, uma vez que ajudam a explicar as mudanças verificadas na estrutura desse espaço.

4. Materiais e Métodos

Com base no exposto acima, sobre as interações entre arranjos domiciliares e suas localizações no espaço urbano, cabe a pergunta que guia este trabalho: Como as mudanças estruturais e de composição dos domicílios refletem na distribuição espacial dos arranjos domiciliares nas cidades e metrópoles brasileiras?

Para buscar a resposta para essa pergunta, optou-se por utilizar os dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, os quais permitem analisar questões como tipo de arranjo domiciliar e tamanho médio dos domicílios. Foram utilizados os setores censitários para 1991, 2000 e 2010, sendo esses a unidade espacial dos dados do universo, juntamente com as Áreas de Ponderação (APs), que são as unidades espaciais de análise da amostra dos Censos de 2000 e 2010, permitindo a análise e discussão das relações espaciais no espaço intra-metropolitano e intra-municipal.

A opção da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) como recorte espacial se dá uma vez que sua mancha urbana possui mais de 21 milhões de habitantes (IBGE, 2017) e passou por um rápido processo de conurbação ou “fusão de áreas urbanas”, como atesta Villaça (2001, p.49). Os limites da cidade se fundiram lentamente, enquanto habitação, educação, transporte e outras demandas sociais ganharam visibilidade. Outro ponto a se destacar em relação a escolha dessa área para o estudo está na questão da transição demográfica, visto que a RMSP se encontra em etapa mais avançada se comparada a outras regiões do país. Um exemplo disso são os níveis de fecundidade (com base na Taxa de Fecundidade Total), que apenas no município de São Paulo passaram de 2,0 em 1991 para 1,9 em 2000 e 1,5 em 2010, e a expectativa de vida no município, que no mesmo período passou de 69,5, para 72,8 e 76,3 no último ano, para ambos os sexos (IPEA, 2013).

Considera-se como arranjo domiciliar a composição formada pela relação entre os indivíduos residentes em um mesmo domicílio e a pessoa de referência, ou seja, o responsável pela unidade domiciliar, apresentando como base o tipo de composição familiar da família única ou convivente principal do domicílio (VASCONCELOS et al., 2015). A partir da variável que identifica a pessoa de referência do domicílio nos Censos Demográficos, foram criados os diferentes tipos de arranjos domiciliares (Casal com filhos, Casal sem filhos, Monoparental, Unipessoal e Domicílios Compostos/Estendidos) e feita uma análise da distribuição da população nesses tipos de arranjos nos últimos censos para a RMSP.

O estudo da relação entre a variável “tipo do arranjo domiciliar” e sua respectiva localidade no espaço, foi realizado através da análise de *clusters* com os microdados da amostra dos Censos de 2000 e 2010. Segundo Izenman (2008), a análise de *clusters* é ideal para situações em que se deseja organizar e visualizar um grande conjunto de dados em grupos com características homogêneas internamente e heterogêneas entre os grupos. Com essa abordagem, espera-se estabelecer algumas relações claras entre as tendências

de crescimento dos diferentes tipos de domicílios e suas respectivas localizações na metrópole.

O método de K-means (MACQUEEN, 1967) é uma conhecida ferramenta de análise estatística multivariada, que consiste em associar os elementos x_i e k em diferentes grupos predeterminados (IZENMAN, 2008). De forma iterativa, o algoritmo realoca os elementos entre os grupos segundo o critério da Distância Quadrática Euclidiana (DQE) de cada elemento em relação ao centroide do grupo. O processo iterativo termina quando é atingido o menor valor de DQE possível, ou seja, quando nenhum caso realocado tem o potencial de diminuir o valor de DQE. A Distância Quadrática Euclidiana (DQE) é definida da seguinte maneira:

$$DQE = \sum_{k=1}^K \sum_{c(i)} (x_i - \bar{x}_k)^T (x_i - \bar{x}_k)$$

onde \bar{x}_k é o centroide do cluster k e $c(i)$ é o cluster que contém o elemento x_i

No caso desse estudo, foi pré-determinado a quantidade de $K = 5$ grupos, onde os centroides foram determinados aleatoriamente. Também foi pré-determinada a quantidade máxima de 10 iterações, nas quais o processo convergiu, resultando nos 5 clusters a serem analisados. Por fim, foi feita a espacialização dos *clusters* pelas Áreas de Ponderação da RMSP, para os respectivos anos de análise.

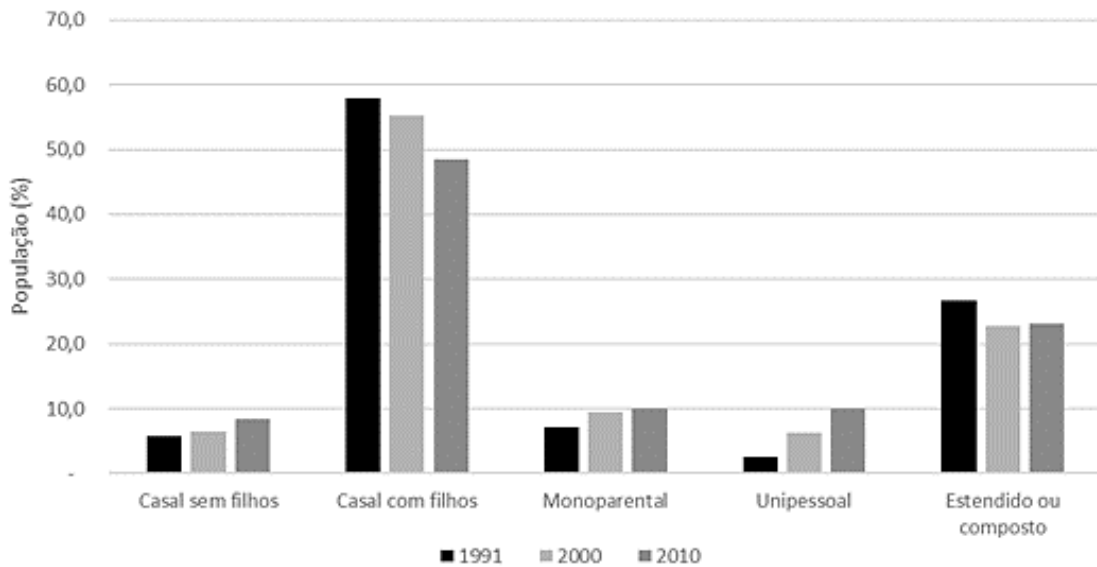
Por último, a partir das variáveis de número médio de moradores no domicílio, no nível os setores censitários, foram produzidos três mapas como forma de demonstrar a variação da média do número de moradores ao longo dos anos no território da metrópole.

5. Resultados:

5.1 Os arranjos domiciliares na RMSP (1991 – 2010)

Inicialmente, faz-se necessária uma análise mais detalhada acerca do comportamento da população residente nos diferentes tipos de arranjos domiciliares na RMSP. A partir da variável que identifica a pessoa de referência do domicílio nos Censos Demográficos, foram criados os cinco diferentes tipos de arranjos domiciliares: Casal com filhos, Casal sem filhos, Monoparental, Unipessoal e Domicílios Compostos/Estendidos, e foram feitas análises da distribuição da população nesses tipos de arranjos nos últimos três Censos (1991, 2000 e 2010) para a RMSP.

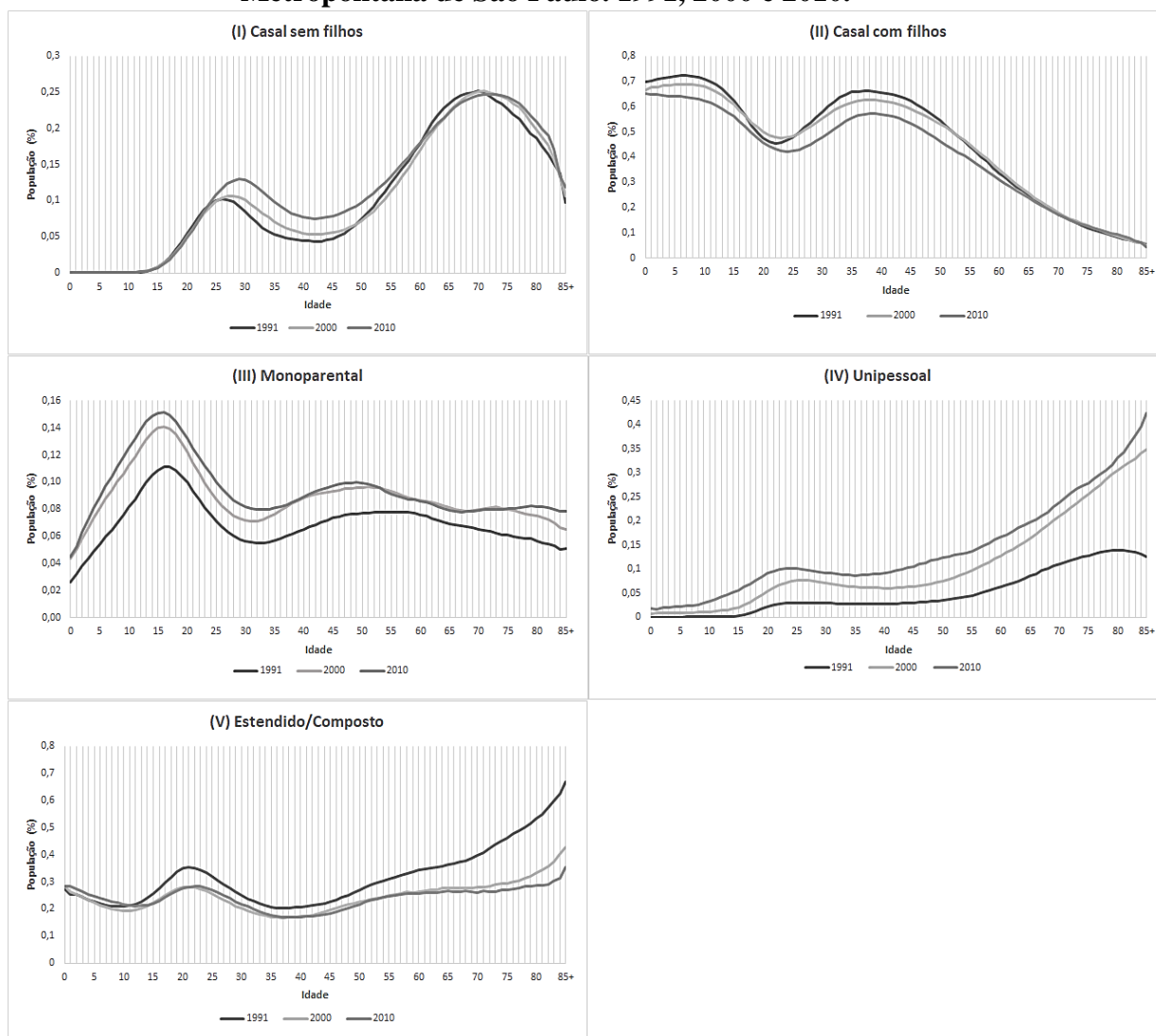
Figura 1
Distribuição percentual da população por tipo de domicílio, Região Metropolitana de São Paulo. 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

Quando se trata de mudanças na distribuição percentual da população nos diferentes tipos de domicílio (Figura 1), nota-se que na RMSP, assim como no Estado de São Paulo, as grandes modificações captadas pelos últimos censos devem-se à diminuição de pessoas morando em domicílios do tipo “casal com filhos” e ao aumento de pessoas que moram em domicílios do tipo “unipessoal”, mesmo padrão destacado pela literatura. A população que mora nos tipos de domicílio “estendido ou composto” também apresenta uma queda de representatividade ao longo do período analisado, fazendo referência principalmente a diminuição de pessoas morando em domicílios compostos, enquanto que há um aumento de pessoas morando em domicílios estendidos (WAJMAN, 2012).

Figura 2
Distribuição percentual da população por tipo de domicílio e idade. Região Metropolitana de São Paulo. 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

Ao analisar a distribuição etária da população por tipo de arranjo domiciliar, fica evidente a importância da inclusão da variável idade. Certas características relacionadas ao ciclo de vida familiar e trajetórias individuais permitem uma maior compreensão das recentes mudanças no comportamento da população e serão exploradas a seguir. Dentre os principais eventos demográficos que estão atrelados ao ciclo de vida familiar e às modificações da distribuição da população nos diferentes tipos de arranjos domiciliares, estão o tempo cada vez maior vivido na casa dos pais, a diminuição da quantidade de filhos, mudanças no padrão da nupcialidade e o aumento da longevidade. A Figura 2 mostra o comportamento da população residente na RMSP nos diferentes tipos de arranjos domiciliares nos Censos de 1991, 2000 e 2010.

A distribuição etária da população que mora em arranjos do tipo “casal sem filhos” possui um padrão bimodal (Figura 2, I), com um primeiro pico localizado entre 20 e 35 anos. Esse pico tem sofrido um deslocamento devido a um processo de postergação da formação desse tipo de arranjo nas idades mais jovens, atrelado à postergação da saída da casa dos pais. Seu ápice que se apresentava em 25 anos em 1991, encontra-se por volta dos 30 anos em 2010. Em relação ao nível, percebe-se um significativo aumento na quantidade de pessoas morando nesse tipo de arranjo dos 25 aos 55 anos, atrelado a queda da fecundidade nessa população. Nas mesmas idades, de 2000 para 2010, houve um aumento de 607.046 para 947.406 pessoas vivendo nesse tipo de arranjo, significando um aumento de 56%. Além disso, ao longo dos anos analisados, nota-se um aumento de pessoas que moram neste arranjo dos 70 aos 85 anos.

Quando se trata da população que reside no arranjo do tipo “Casal com filhos” (Figura 2, II), qualquer mudança no padrão ou nível desta curva é muito significativa em termos de números absolutos da população, pois metade da população da RMSP mora neste tipo de domicílio. A Figura 2, II, evidencia que, ao longo dos censos, há uma queda significativa no nível da curva para todas as idades. De 2000 para 2010, houve um decréscimo de 4.630.719 para 4.398.720 de pessoas com 25 a 55 anos neste tipo de arranjo, representando uma diminuição de 5%. Não há uma mudança drástica em seu padrão, mas nota-se uma postergação na dissolução deste tipo de domicílio nas idades jovens, possivelmente também ligado a postergação da saída da casa dos pais.

O arranjo do tipo “monoparental” (Figura 2, III), possui características singulares, já destacadas pela literatura, sendo composto por ampla maioria de chefias femininas, possuindo também um forte caráter urbano. Esse tipo de arranjo é mais frequente nas idades jovens entre 5 e 25 anos e mostrou um aumento de população de 2000 para 2010 de 640.506 para 652.252 pessoas, representando um incremento de 1,8%.

Para os domicílios Unipessoais (Figura 2, IV), é mais comum a presença de jovens entre 15 a 34 anos e de idosos de 65 anos e mais. Para o primeiro grupo, a RMSP teve um aumento expressivo de 55,14% (de 402.565 para 624.546 pessoas) enquanto que para os idosos esse aumento foi ainda maior, de 67,39% (de 229.671 para 384.464 pessoas), no período de 2000 a 2010.

Já os domicílios Estendido/Compostos, (Figura 2, V) após uma grande transformação entre 1991 para 2000, pela diminuição de jovens e principalmente idosos que viviam nestes tipos de domicílios, a diferença entre 2000 para 2010 não foi tão

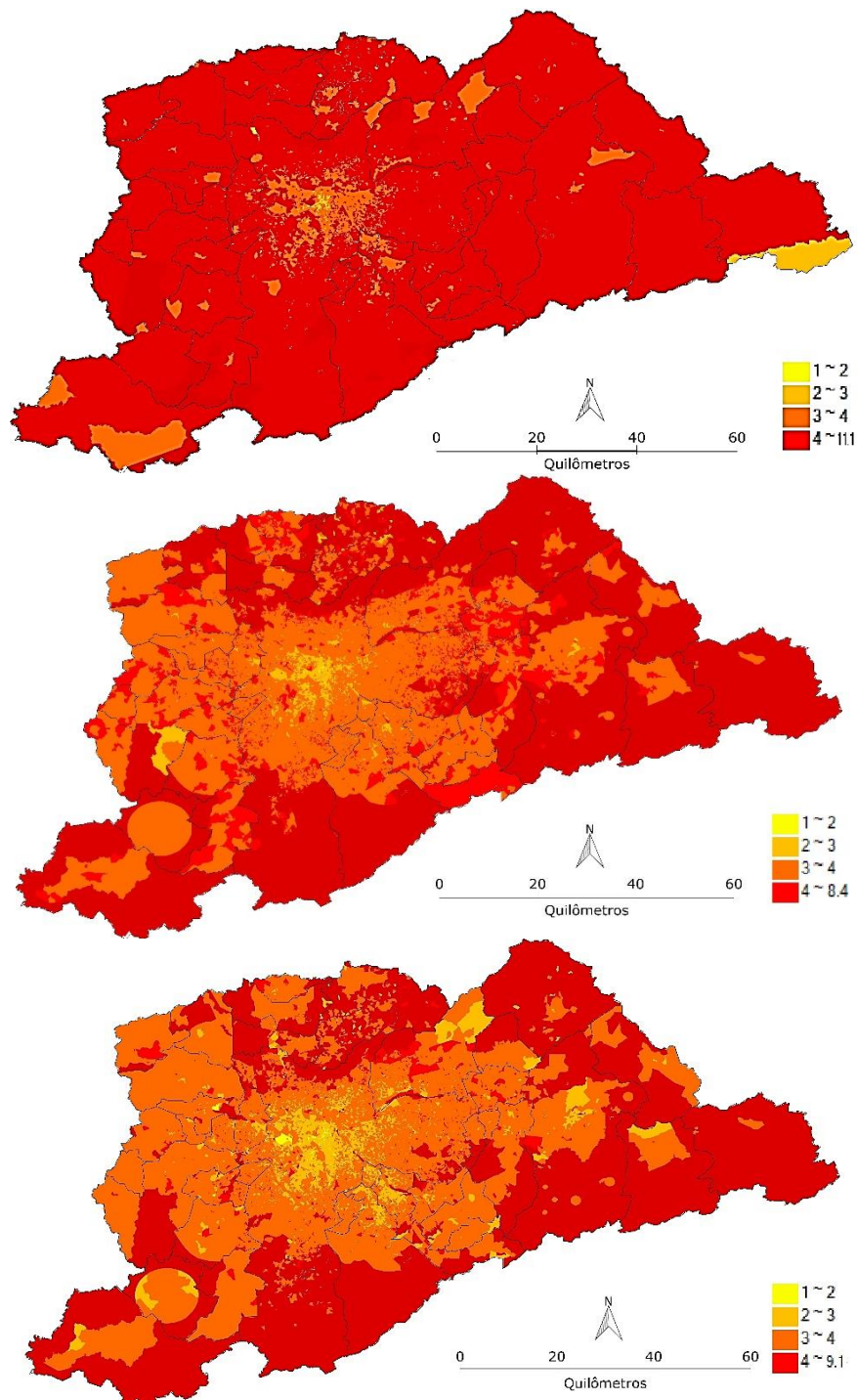
significante. Houve um decréscimo de 3,6% de jovens (15 a 30 anos) e 24,2% de idosos (65 anos ou mais).

5.3 Arranjos domiciliares e sua distribuição na RMSP

A seguir, serão exibidos os resultados das análises produzidas pela espacialização dos arranjos domiciliares identificados na seção anterior. Na Figura 3, encontram-se os mapas do número médio de moradores residentes em domicílios particulares permanentes em cada setor censitário da RMSP, ao longo das últimas décadas. É possível observar que do primeiro ano ao último, ocorre um aumento dos domicílios com uma ou duas pessoas, especialmente a partir do centro do município de São Paulo. A partir de 2000, esses domicílios tornam-se presentes também em outros municípios da metrópole.

Também, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento nos domicílios com média de 1 a 2, 2 a 3 e 3 a 4 moradores, ocorre uma diminuição gradativa dos domicílios com mais de 4 moradores, com estes permanecendo presentes especialmente nas regiões periféricas da metrópole.

Figura 3
Mapas das médias do número de moradores em domicílios particulares permanentes, por setores censitários. Região Metropolitana de São Paulo. 1991, 2000 e 2010.⁴

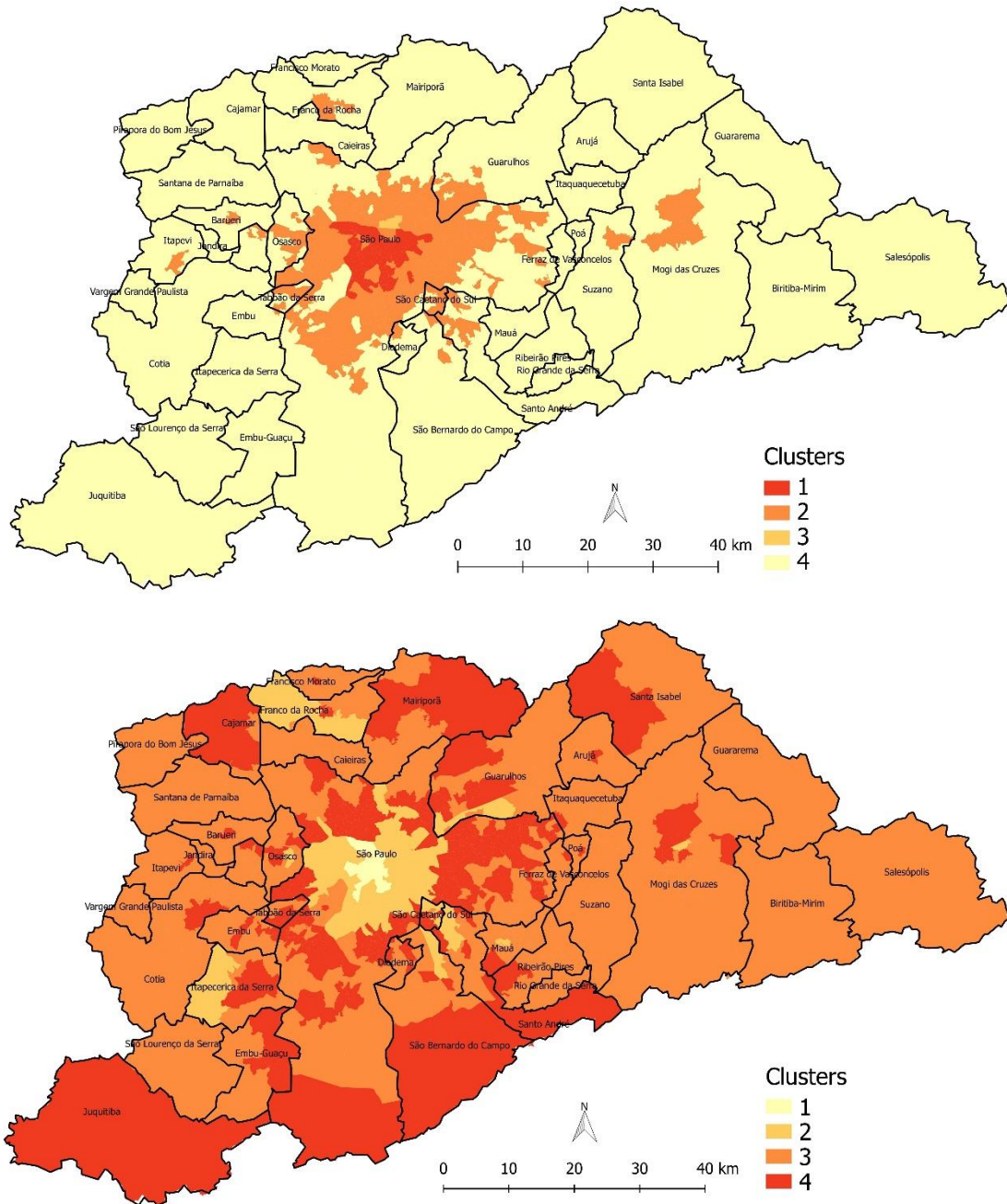


Fonte: Bases de dados demográficos do Centro de Estudos da Metrópole, com base nos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

⁴ Os mapas foram produzidos a partir da espacialização da variável “Média do número de moradores em domicílios particulares permanentes” para os anos 2000 e 2010. Para o ano de 1991 foi utilizada a variável “Moradores em domicílios particulares permanentes – total” dividida pela variável “Total de domicílios particulares permanentes”.

Abaixo, a Figura 4 mostra os resultados da análise de *clusters* para os arranjos domiciliares da RMSP, nos anos de 2000 e 2010.

Figura 4
Mapas de *clusters* por áreas de ponderação. Região Metropolitana de São Paulo, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração própria.

Com base no agrupamento feito através da análise de *clusters*, é possível identificar os grupos de acordo com a composição percentual de cada tipo de arranjos domiciliares. As composições de cada *cluster* são apresentadas nas Tabelas 1 e 2, abaixo, e

suas respectivas localizações estão na Figura 4. Em 2000, foi identificado que o arranjo do tipo “casal sem filhos” possui maior concentração nos *clusters* 1 e 2, localizados no centro expandido da capital paulista e em áreas centrais dos municípios que compõem a metrópole, como Guarulhos, Osasco, Mogi das Cruzes, Suzano, Taboão da Serra e os municípios do ABC. O tipo de arranjo “casal com filhos” predomina em todos os *clusters*, devido sua maior frequência, entretanto sua concentração é ainda maior nos *clusters* 2, 3 e 4, localizados nas áreas em torno do centro da capital, espalhando-se também em direção a região periférica. O tipo “monoparental” é o arranjo que menos varia entre os *clusters*, sempre permanecendo na casa de 10% da composição aparecendo, portanto, homogeneamente no espaço da metrópole. Ao contrário desse último, os domicílios “unipessoais” são os que mais variam, concentrando-se muito em apenas um *cluster* (*cluster* 1), localizado na região central do município de São Paulo. Por último, os arranjos “estendidos/compostos”, estão concentrados majoritariamente no *cluster* 4, localizado mais concentradamente nas áreas periféricas da RMSP.

Tabela 2
Composição percentual de arranjos domiciliares segundo agrupamento espacial, Região Metropolitana de São Paulo, 2000.

Arranjos domiciliares em 2000	<i>Clusters</i>			
	1	2	3	4
Casal sem filhos	15%	18%	7%	8%
Casal com filhos	23%	44%	62%	45%
Monoparental	11%	9%	9%	7%
Unipessoal	32%	18%	5%	8%
Estendido/Composto	19%	10%	17%	32%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração própria.

Em 2010, a análise de *cluster* resultou em um agrupamento com um padrão semelhante ao de 2000. Os arranjos do tipo “casal sem filhos” concentram-se nos dois primeiros *clusters* (1 e 2), mais centrais nos municípios da região; já os do tipo “casal com filhos” apresentam distribuição semelhante nos três últimos *clusters*; os domicílios do tipo “unipessoal” apresentam concentração no *cluster* 1 e 2, mais centrais; Os domicílios do tipo “monoparental” apresentam uma distribuição homogênea, ficando em torno de 10% em todos os *clusters*; por fim, a novidade em 2010 é a distribuição dos arranjos “estendidos/compostos”, que se apresenta um pouco mais homogeneizada, perdendo a concentração maior nas regiões periféricas.

Tabela 3
Composição percentual de arranjos domiciliares segundo agrupamento espacial,
Região Metropolitana de São Paulo, 2010.

Arranjos domiciliares em 2010	Clusters			
	1	2	3	4
Casal sem filhos	16%	13%	7%	8%
Casal com filhos	32%	43%	53%	46%
Monoparental	9%	9%	10%	10%
Unipessoal	24%	15%	8%	10%
Estendido/Composto	18%	20%	22%	25%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração própria.

Conclusão e Discussão

Este trabalho procurou estabelecer relações entre os arranjos domiciliares e suas respectivas espacializações no território da RMSP. A incorporação da dimensão espacial no debate do crescimento e modificação dos arranjos domiciliares já é um desafio, dado que poucas análises levam em conta a complexa relação entre estes fenômenos e as transformações urbanas das metrópoles. Vale ressaltar que a distribuição espacial dos arranjos domiciliares se insere em um contexto complexo da realidade dos grandes centros urbanos e envolvem uma gama muito grande de variáveis.

Neste trabalho, a análise da distribuição etária da população da RMSP nos diferentes tipos de arranjos domiciliares, demonstrou um padrão que não foge ao já destacado pela literatura sobre o tema, em que as grandes transformações da composição dos domicílios na metrópole foram causadas pelo aumento de pessoas de 25 a 55 anos e 70 anos ou mais vivendo em arranjos do tipo “casais sem filhos”, juntamente com uma queda significativa do número de pessoas morando em arranjos do tipo “casal com filhos” para todas as idades. Também se verifica um aumento da população morando em domicílios do tipo “monoparental” para todas as idades, além de uma diminuição de jovens (15 a 30 anos) e principalmente idosos (65 anos e mais) em arranjos do tipo “estendidos/compostos”. Por fim, há um grande aumento de jovens entre 15 a 34 anos e idosos de 65 anos e mais morando em domicílios do tipo “unipessoal”.

Ao identificar essas transformações nos mapas, observa-se uma diminuição do tamanho dos domicílios de forma mais generalizada em toda a metrópole, no sentido centro-periferia, com a predominância de domicílios de tamanho igual a um ou dois moradores no centro e domicílios gradualmente maiores nas regiões mais periféricas.

Através da análise de *clusters*, foi possível estabelecer relações entre as localizações no território e os tipos de arranjos domiciliares. O método revelou um padrão

que pouco se alterou de 2000 para 2010, mostrando que o tipo de arranjo “casal com filhos” predomina em todas as regiões, devido a sua maior frequência, com sua concentração sendo ainda maior nas áreas entre o centro e a periferia. O tipo “monoparental” é o arranjo que menos varia entre as regiões, sempre permanecendo por volta de 10% da composição regional, aparecendo, portanto, homoganeamente no espaço da metrópole. Os domicílios “unipessoais” são os que mais variaram, estando concentrados muito mais na região central da RMSP. E, por último, o arranjo do tipo “estendidos/compostos” apresentou a maior mudança no período analisado, estando concentrados majoritariamente na periferia da RMSP em 2000, e mais homogeneizado em toda a região em 2010.

Observa-se que a relação entre as modificações da composição e do número de moradores nos domicílios, com os respectivos locais que ocupam nas grandes cidades e metrópoles, ainda carece de estudos que poderiam ter impactos positivos na gestão pública, além de contribuir para o debate acerca das populações residentes nas áreas metropolitanas. Assim, é importante destacar que esse tema não tem relevância estritamente acadêmica. Trata-se de uma questão fundamental para as políticas públicas, uma vez que proporciona o conhecimento do formato e composição dos domicílios onde reside a população, que não são homogêneos. Deste modo, possibilita-se uma melhor oferta dos serviços públicos, segundo as características desses locais diversos, mesmo no caso de políticas universais, produzindo iniciativas por parte do Estado, mais eficazes.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. E. D. A definição de família convivente do IBGE: cuidados metodológicos necessários. **Revista Aparte**. Rio de Janeiro: UFRJ, p.1-4, 2005.

ALVES, J. E. D.; BARROS, L. F. W. As famílias DINC no Brasil e em São Paulo. **Revista Aparte**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2012.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S.; BARROS, L. F. W. **A família DINC no Brasil: algumas características sócio demográficas**. Texto para Discussão no30, ENCE/IBGE, Rio de Janeiro, 2010.

AZEVEDO, S. J. S. **Segregação e oportunidades de acesso aos serviços básicos de saúde em campinas: vulnerabilidades sócio demográficas no espaço intra-urbano**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2014.

BERQUÓ, E. Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento populacional no Brasil. In: **Seminário Internacional Sobre Envelhecimento Populacional**, 1., 1996, Brasília, DF. Anais. Brasília, DF: MPAS/SAS, 1996.

BILAC, E. D. Sobre as Transformações nas Estruturas Familiares. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Loyola, 1995. p. 43 - 61.

BILAC, E. D. Transformações nos arranjos domiciliares no Brasil: interpretações possíveis. In: **Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Neпо / organização: Elza Berquó – Campinas -SP: Editora da Unicamp, 2017.**

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 20p.

BUZAR, S.; OGDEN, P. E.; HALL, R. **Households matter: the quiet demography of urban transformation**. Progress in Human Geography. v. 29, n. 4, p. 413-436. 2005.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Como as famílias brasileiras estão lidando com os idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? A visão mostrada pelas PNADs. In: CAMARANO, A. A. (Ed.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2010. p. 93-122.

CANO, W. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 193, jul. 2011.

CEM. Centro de Estudos da Metrópole. **Banco de dados demográficos**. Variáveis dos anos 1991, 2000 e 2010. Disponível em:

<http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/716>

CHAMPION, A. G. A Changing Demographic Regime and Evolving Polycentric Urban Regions: Consequences for the Size, Composition and Distribution of City Populations. **Urban Studies**, v. 38, n. 4, p. 657–677. 2001.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo, Editora Ática, 4ªed, 2005.

FARIA, Vilmar. Cinquenta anos de urbanização no Brasil – Tendências e Perspectivas. **Novos Estudos**, Nº 29, 1991

FERRARI, T. K.; AMARAL, S.; MONTEIRO, A. M. V.; FEITOSA, F. F. **Padrões espaciais da escolha locacional dos arranjos Familiares e relações com acessibilidade: um estudo na região metropolitana de São Paulo**. Congresso da ALAP, 7; ENEP, 2016.

IBGE. **Portal Cidades** - População estimada para 2017. 2018. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/rmsao-paulo/panorama>

IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Dados para São Paulo. Realização: IPEA, PNUD e Fundação João Pinheiro. 2013. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-paulo_sp#demografia

IZENMAN, A. J. **Modern Multivariate Statistical Techniques: Regression, Classification and Manifold Learning**. New York, NY: Springer, c2008. 731 p., il. 2008.

MACQUEEN, J. B. **Some methods for classification and analysis of multivariate observations**. Proceedings of the fifth Berkeley Symposium on Mathematical Statistics and Probability, 1, Berkeley, CA: University of California Press, 1967.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, E.; TORRES, H. (Org.). **São Paulo**: segregação, pobreza urbana e desigualdade social. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MURPHY, M. J. **Family and kinship networks in the context of ageing societies**. Ageing in Advanced Industrial States, v. 8, p. 263-285, 2010.

OLIVEIRA, Maria Coleta Ferreira Albino; MARCONDES, Glaucia dos Santos; VIEIRA, Joice Melo. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. ARRETHER, Marta (org). **Trajetórias das Desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: Editora UNESP. p. 309-334. 2015.

OLIVEIRA, S.; SABÓIA A. L.; SOARES, B. C. **Gênero e participação social**: dimensões preliminares da responsabilidade feminina por domicílios. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002. 26p.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOUZA, O.; SZMRECSÁNYI, T. População e acesso a serviços públicos *in* SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. **Dinâmica da população**: teoria, método e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiróz, 1991.

VASCONCELOS, V. M. N; MOURA, L. B. A; BESSA, L. F.; LUCIO, M. L.; MAKIUCHI, M. F. R.; GOMES, M. M. F. Os arranjos domiciliares na Área Metropolitana de Brasília *In* RIBEIRO, R. J. da Costa; TENORIO, G. S.; HOLANDA, F. (orgs). **Brasília**: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2.ed., 2001.

WAJNMAN, S. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. Belo Horizonte, MG: UFMG/FACE, 2012.